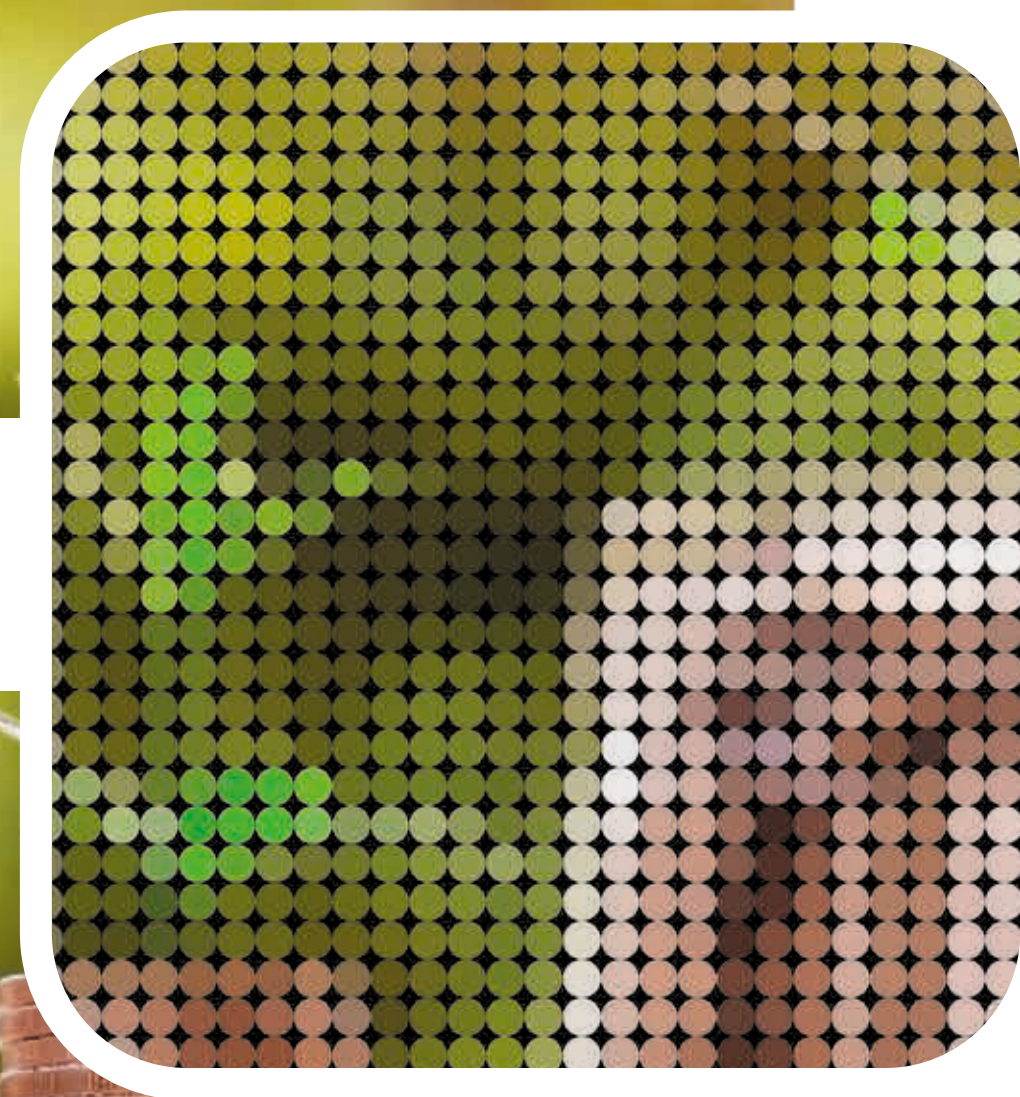
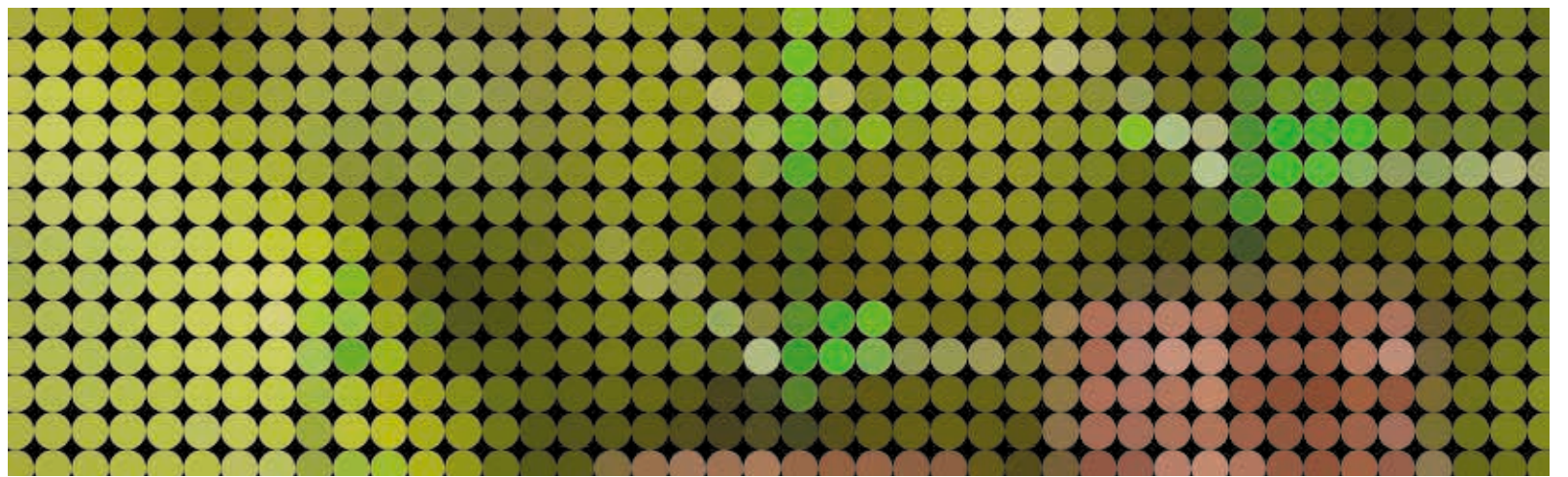


ESTRUTURA DE RECEITAS E FINANCIAMENTO





Desde meados dos anos 1990, o setor agrário brasileiro vem experimentando mudanças estruturais que alteraram diversas de suas características históricas (ESCHER, 2014). Os motivos que levaram a essa transformação na Geografia Agrária do Brasil são bastante complexos, mas, grosso modo, pode-se dizer que são decorrência das transformações do mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2009), que intensificaram os processos de industrialização da agricultura e do transbordamento de atividades características do meio urbano para o espaço rural. Como efeito desse processo, houve, nas últimas décadas, a ampliação das fontes de recursos dos estabelecimentos agropecuários, rompendo o conceito de que o campo é caracterizado somente por práticas ligadas à agricultura e à pecuária (SILVA; FREITAS; LELIS, 2017).

Para efeitos de definição, podem-se dividir as atividades dos estabelecimentos agropecuários em três grupos (ESCHER, 2014):

- Atividades agrícolas, que compreendem grande diversidade de tarefas, procedimentos e operações relacionadas ao cultivo de plantas e à criação de animais, assim como a produção de alimentos, fibras e matérias-primas;
- Atividades para-agrícolas, que consistem num conjunto de tarefas e procedimentos envolvidos na transformação e beneficiamento da produção agrícola; e
- Atividades não agrícolas, definidas como todas aquelas que não se enquadram nos itens anteriores. São, geralmente, atividades de outros setores da economia, como comércio e serviços.

Atividades não agrícolas nos estabelecimentos agropecuários contribuem para complementar a renda em um momento de crescimento da grande lavoura exportadora e de forte pressão econômica sobre os pequenos produtores. À combinação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas nos estabelecimentos agropecuários, estudiosos dão o nome de pluriatividade (SILVA; FREITAS; LELIS, 2017). Por mais que esse não seja um fenômeno novo, a intensificação recente de outras práticas de atividades não agrícolas no campo ganhou tal monta que dedicamos o presente capítulo do *Atlas do espaço rural brasileiro* ao assunto.

Estudos sobre essas outras atividades estão se multiplicando ao redor do mundo. O Banco Mundial (World Bank) tem produzido relatórios nos quais reconhece que, no meio rural de muitos países, a agricultura não é mais a atividade exclusiva, chegando a ser, na verdade, secundária em alguns. Segundo o Banco Mundial, inclusive, a pluriatividade dos estabelecimentos agropecuários, com a introdução de atividades não agrícolas, pode vir a ser um importante componente em favor da redução da pobreza no campo de diversos países, inclusive os de economia mais competitiva. (PLURIATIVIDADE..., 2013).

As pesquisas sobre a pluriatividade no meio rural do Brasil sofreram grandes mudanças nos últimos Censos Agropecuários,

acompanhando a diversificação dessas fontes de receita em função da maior complexidade de atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos agropecuários.

O questionário do Censo Agropecuário 2006 trazia um quesito nomeado “outras receitas” bastante diferente do quesito correspondente no questionário do Censo Agropecuário 2017. Não havia, em 2006, distinção sobre a natureza dessas outras atividades dos estabelecimentos agropecuários. Assim, itens como “venda de húmus” e “recursos de aposentadorias ou pensões rurais” eram similarizadas na categoria “outras receitas”. A complexidade crescente das atividades não agrícolas no campo brasileiro levou a uma nova formatação do quesito no questionário do Censo Agropecuário 2017. No novo questionário, novas atividades são incluídas e agrupadas como “outras receitas” (especificamente atividades de comércio e serviço dentro dos estabelecimentos agropecuários) e “outras rendas do produtor” (referente a fontes extras de renda, como aposentadorias e programas governamentais).

Essa alteração no formato inviabiliza um capítulo comparativo entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017. As perguntas contidas nos questionários de ambos os Censos não são as mesmas, logo, as grandezas são outras. Ao mesmo tempo que se perde a série histórica, ganha-se em precisão na informação. Identificou-se ser um assunto em franca expansão e aumento da complexidade, o que exigiu uma reformulação no questionário para tentar captar essa realidade da melhor maneira possível. Mesmo, porém, com essas diferenças conceituais entre os Censos, alguns itens dessas seções apresentam títulos similares, o que possibilita alguma comparação, como se pode ver na Tabela 1.

Na Tabela 1, são elencados, por Unidades da Federação, o percentual de estabelecimentos agropecuários que apresentaram “outras receitas de desinvestimento”, “rendas de aposentadorias e pensões” e “rendas obtidas em atividades fora dos estabelecimentos” nos Censos Agropecuários 2006 e 2017. O que se observa da variação dos dados é um significativo crescimento, em pontos percentuais, das três atividades em todas as Unidades da Federação.

Tabela 1 - Percentual de outras receitas dos estabelecimentos agropecuários, com indicação da variação, segundo as Unidades da Federação - 2006/2017

Unidades da Federação	Percentual de outras receitas dos estabelecimentos agropecuários (%)								
	Aposentadorias ou pensões			Desinvestimentos			Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento agropecuário		
	2006	2017	Varição (p.p)	2006	2017	Varição (p.p)	2006	2017	Varição (p.p)
Rondônia	14,9	30,5	15,7	0,7	2,5	1,8	12,0	18,7	6,7
Acre	11,2	25,5	14,4	0,6	3,0	2,3	19,8	22,9	3,1
Amazonas	6,1	20,7	14,6	0,1	2,2	2,1	8,1	19,8	11,7
Roraima	4,6	22,1	17,4	0,2	1,4	1,2	6,1	23,4	17,2
Pará	9,0	22,4	13,4	0,4	1,7	1,2	10,8	16,3	5,5
Amapá	3,5	23,2	19,7	0,4	0,9	0,5	14,3	23,0	8,7
Tocantins	11,9	32,4	20,6	0,5	2,6	2,1	7,8	23,8	16,0
Maranhão	10,3	29,1	18,8	0,2	1,2	1,0	8,5	16,3	7,8
Piauí	20,1	39,2	19,0	0,6	1,3	0,7	13,6	23,8	10,2
Ceará	22,3	40,1	17,8	0,5	1,4	0,9	13,7	30,1	16,4
Rio Grande do Norte	22,4	41,4	19,0	0,4	2,9	2,5	12,0	21,7	9,7
Paraíba	26,3	42,8	16,5	0,7	1,7	1,0	12,5	27,1	14,6
Pernambuco	21,5	36,5	15,0	0,4	2,6	2,3	12,8	19,3	6,5
Alagoas	14,5	36,0	21,5	0,5	3,0	2,5	11,4	17,4	5,9
Sergipe	14,0	37,6	23,5	0,7	2,3	1,7	12,0	27,3	15,3
Bahia	22,2	39,7	17,6	0,7	2,0	1,3	14,2	24,7	10,6
Minas Gerais	19,1	41,5	22,4	0,6	2,2	1,6	12,9	23,7	10,8
Espírito Santo	16,3	32,6	16,3	0,5	1,8	1,3	10,1	23,2	13,1
Rio de Janeiro	9,8	30,4	20,7	0,1	2,0	1,8	10,2	28,4	18,2
São Paulo	11,9	35,5	23,6	0,5	2,7	2,2	9,4	22,1	12,7
Paraná	18,5	35,2	16,7	1,0	2,9	2,0	13,3	21,9	8,6
Santa Catarina	24,3	42,8	18,5	0,9	2,8	1,9	13,1	23,7	10,6
Rio Grande do Sul	30,5	47,5	17,1	0,8	2,8	2,0	13,8	18,6	4,8
Mato Grosso do Sul	10,3	28,6	18,3	0,7	2,8	2,1	12,7	23,0	10,3
Mato Grosso	8,9	28,4	19,5	0,6	3,3	2,7	11,9	24,5	12,5
Goiás	12,1	34,0	21,8	0,7	3,0	2,3	12,4	25,3	12,9
Distrito Federal	9,8	28,0	18,2	1,4	4,6	3,2	26,5	30,7	4,1

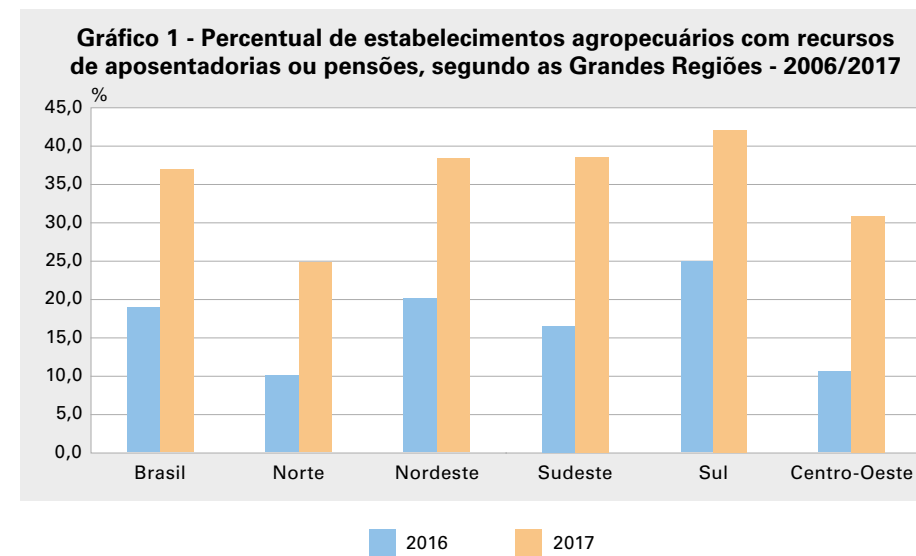
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006/2017.

Os Gráficos 1 a 3 ilustram essa variação, agora com os dados agrupados por Grandes Regiões e totalizados ao nível Brasil. O que se verifica é uma forte expansão dessas receitas e rendas, indo em linha aos estudos que apontam a tendência crescente de diversificação das receitas dos estabelecimentos agropecuários das últimas décadas.

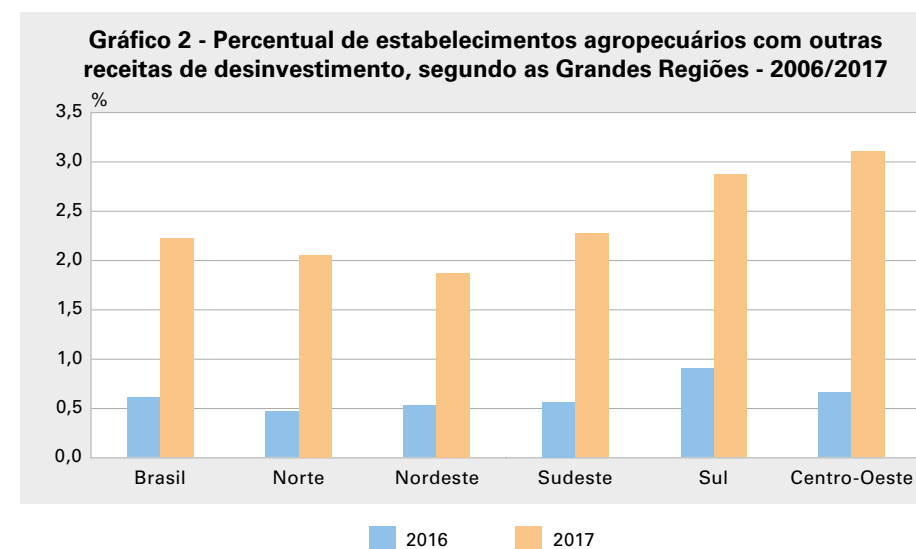
Como, porém, a maior parte dos dados sobre as outras fontes de receitas e rendas de 2017 não encontram paralelo exato no Censo Agropecuário 2006, o presente capítulo se concentra na análise dos dados do Censo Agropecuário 2017, espacializando as informações ao nível municipal e ao nível das Regiões Rurais, o que possibilita uma leitura diferenciada da informação.

O uso de diferentes recortes geográficos para tratar os mesmos dados se justifica em virtude da grande variação de área dos Municípios do Brasil. A título de exemplo, tomem-se os mapas deste capítulo, que apresentam as receitas totais dos estabelecimentos, ou seja, a soma das “receitas de produção” (as atividades agrícolas e para-agrícola) e as “outras receitas” e “outras rendas” (atividades não agrícolas). No primeiro mapa, com análise apresentada em nível municipal, observa-se que as maiores receitas são registradas em Municípios da

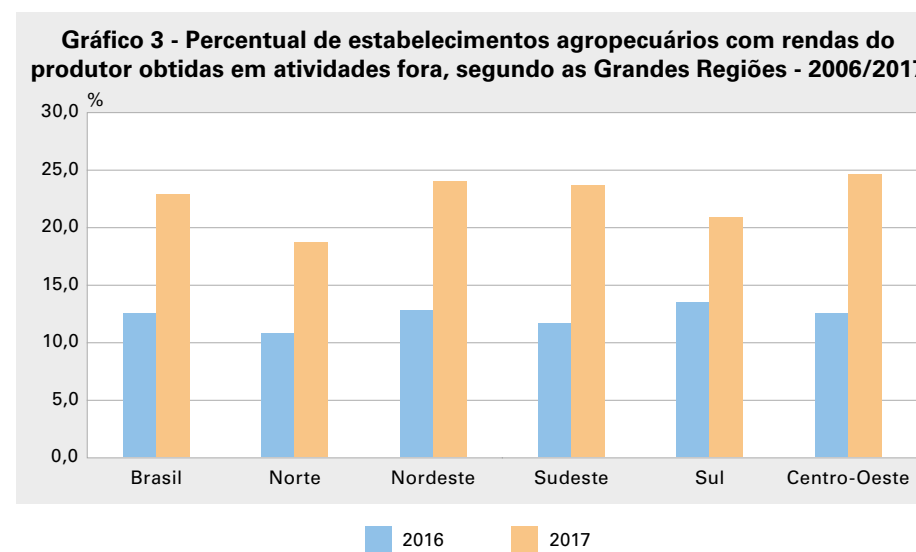
Região Centro-Oeste, a saber, Iguatemi (MS), Sorriso (MT) e Rio Verde (GO). Tais Municípios apresentam grande extensão territorial, o que contribui para as grandes somas no valor total das receitas dos estabelecimentos, muito superiores às registradas por Municípios muito menores em termos de área, comuns nas Regiões Sudeste e Sul.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006/2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006/2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006/2017.

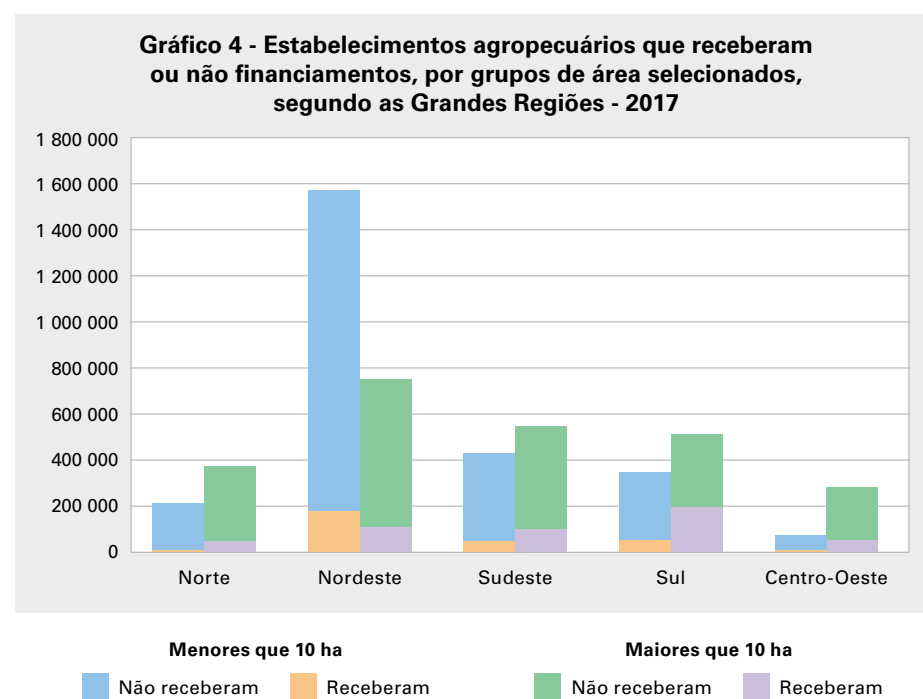
Ao se analisar os mesmos dados por Regiões Rurais, porém, verifica-se que a maior receita agregada dos estabelecimentos é encontrada na Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo (RS), seguida pela Região Rural da Capital Regional de Dourados (MS) quase empatada com a Região Rural da Capital Regional de Cascavel (PR), deslocando o eixo econômico da Região Centro-Oeste para a Região Sul.

A Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo (RS) é composta por 202 Municípios de pequena área e a Região Rural da Capital Regional de Cascavel (PR), por 115 Municípios de pequena extensão territorial também. Por sua vez, a Região Rural da Capital Regional de Dourados (MS), onde está localizado o Município de Iguatemi, é composta por 37 Municípios somente, na sua maioria, de grande extensão territorial. As superfícies das Regiões Rurais são mais similares do que superfícies dos Municípios, assim, ao se comparar grandezas com maior similaridade, percebe-se que a “densidade” das receitas é maior, de um modo geral, nas Regiões Sul e Sudeste do que na Região Centro-Oeste.

Após a espacialização dos dados das receitas agrícolas e não agrícolas dos estabelecimentos agropecuários, o capítulo apresenta uma série de mapas elaborados a partir do levantamento da estrutura de financiamentos, empréstimos e garantias de preço ao produtor rural conforme levantamento do Censo Agropecuário 2017. Conforme se pode ver no Gráfico 4, destaca-se o forte caráter regional desses dados. Dentre os 497 593 estabelecimentos maiores que 10 hectares que receberam financiamento, 195 320 (39,2%) estavam localizados na Região Sul, que concentra 20,8% dos estabelecimentos dessa faixa de área, enquanto 109 131 estabelecimentos (21,9%) estavam localizados na Região Nordeste, que concentra 30,6% dos estabelecimentos nessa faixa de área.

As diferenças persistem ao se analisar o financiamento para os estabelecimentos menores que 10 hectares. Na Região Sul, 46 309 estabelecimentos nessa faixa de área recebem algum financiamento (14,8%). Por sua vez, na Região Norte, somente 9 061 estabelecimentos menores que 10 hectares receberam algum financiamento, o que corresponde a somente 4,3% do total dos estabelecimentos dessa faixa de área da Região.

Como se observa, as transformações do campo fizeram-se sentir fortemente na estrutura das receitas dos estabelecimentos e, no caso dos financiamentos, ainda que haja avanços, antigos problemas, como a disparidade regional, persistem.



Referências

CENSO agropecuário 2006: segunda apuração. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020a]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: jan. 2020.

CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020b]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: jan. 2020.

ESCHER, F. *et al.* Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober; Campinas: Átomo, v.52, n.4, p. 643-668, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000400002>. Acesso em: jul. 2020.

PLURIATIVIDADE e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006: relatório de pesquisa. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2013. 77 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17299. Acesso em: jul. 2020.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade no meio rural brasileiro*: características e perspectivas para investigação. 2009. Originalmente publicado sob o título: La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTÍNEZ VALLE, L. (coord.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: Flacso, 2009. p. 207-242. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006>. Acesso em: jul. 2020.

SILVA, J. de S.; FREITAS, C. O. de; LELIS, L. V. C. Efeitos da pluriatividade dos estabelecimentos rurais brasileiros sobre a eficiência técnica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 45., 2017, Natal. *Anais [...]*. Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - Anpec, 2017. 19 p. Área 11 - Economia Agrícola e do Meio Ambiente. Disponível em: <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2017>. Acesso em: jul. 2020.